

RAIZES DA AMBIGUIDADE: O DILEMA VOCAÇÃO-PROFISSÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE

Lúcia Tavares Nascimento (UNESP-UNIVESP, Litoral Sul/Polo São Vicente);

Ms. Jaqueline Costa Castilho Moreira (UNESP-UNIVESP, Litoral Sul/Polo São Vicente; UNESP, Araraquara)

Eixo 4- História da formação e organização da categoria docente

1. Introdução

O dilema vocação-profissão tem sido uma ambiguidade na identidade do professor, encontra suas raízes na concepção de missão ou dom para o exercício do magistério. O termo “vocação” vem do latim *vocare*, aqui traduzido como um chamamento para se cumprir um destino. Este ato profético, derivado da resposta ao divino, oportunizou historicamente a expansão e consolidação do poder da Igreja por toda Europa. Entretanto, para Le Goff (2000), a valorização medieval do trabalho intelectual dos clérigos nos séculos XII e XIII, foi importante por incorporar a função de ofício. O aumento das escolas nas cidades européias foi regulada pelo III Concílio de Latrão (1179), que nos seus cânones, obrigava cada catedral a apontar um mestre para ensinar os clérigos e os estudantes pobres da Igreja e a reservar uma prebenda, salário por cargo eclesiástico, para manutenção desse mestre. Essas ações ressaltaram a dualidade da docência, ora como trabalho abnegado por vocação, ora a docência como ofício.

Avançando no tempo, em 1534, Loyolla fundou a Companhia de Jesus, ordem religiosa combativa à Reforma Protestante, uma das organizações mais fortes, em termos de milícia, poderio econômico e atuação, em todo mundo colonizado. Além do trabalho missionário e hospitalar, os jesuítas ocupavam-se com a alfabetização social dos gentios, ofereciam aprendizagem de ofícios aos escravos e a cultura humanística para a elite das colônias, onde aportavam. Simultaneamente, a Ordem cuidava da reprodução interna do contingente de seus sacerdotes, necessário para garantir sua obra (XAVIER; RIBEIRO e NORONHA, 1994).

Enfocando um grande período do Brasil colonial (1500-1822), concorda-se com Ranghetti (2008), para o qual dos jesuítas pode se observar as diretrizes da pedagogia, e as características e funções que a educação assume decorrente das exigências econômicas, históricas, sociais e culturais de cada época.

Dessa forma, o presente estudo de natureza qualitativa teve como objetivo desvelar por meio de indícios históricos, o dilema existente vocação-profissão, na

organização e constituição de um sistema educacional representado pela atuação como docentes, dos jesuítas.

2. Metodologia

Neste estudo exploratório utilizou-se a pesquisa bibliográfica, no intuito de uma aproximação com o tema, consultando a documentação e fontes existentes sobre a temática (CERVO, BERVIAN, 1978). Esses documentos constituíram-se em teses, artigos acadêmicos, livros, jornais, vídeo, uma coletânea de cartas de José de Anchieta na íntegra e material iconográfico da região pesquisada.

Justifica-se a escolha pela Região Metropolitana da Baixada Santista (SP); como contexto investigativo, por dispor de registros, ruínas e edificações escolares de diversas épocas, convivendo entre si, proporcionam um rico mosaico do processo de escolarização e da formação docente brasileira.

Optou-se pela periodização entre 1549 a 1759, acompanhando a sugestão de Mattos (1958), que atribuiu a obra jesuítica compreendida entre os séculos XVI a XVII, uma atuação seccionada em dois períodos: o “Heróico” (1549-1570), cujo principal objetivo era a catequese e a “Organização e Consolidação” (1570-1759), visando à educação dos filhos de colonos e principalmente da elite, para posteriormente concluírem seus estudos na Europa, pois a Coroa Portuguesa proibia a instalação no Brasil da Universidade e Estudos Superiores e da Imprensa, na tentativa de evitar a circulação de idéias mais intensas.

Para à análise dos documentos foi feita uma leitura crítica, visando à identificação, diferenciação e compreensão da problemática abordada na pesquisa, com posterior articulação à leitura interpretativa e criteriosa em termos de coerência histórica, com a coletânea das cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Pe. José de Anchieta (1554-1594).

Essa coletânea, além de ser de domínio público e encontrar-se disponibilizada digitalmente pela Biblioteca Nacional, contém em seu interior: “Nota Preliminar” e “Introdução”, escritas por Afrânio Peixoto e um texto sobre a “Obra de Anchieta no Brasil”, de Capistrano de Abreu, (ANCHIETA, 1933).

3. Missões Jesuíticas: vocação, heroísmo e doutrinação

O ensino missionário surgiu com as missões itinerantes, na forma de Recolhimento ou de Aldeamento (modo mais eficiente), realizadas pelos jesuítas nos locais de colonização (XAVIER; RIBEIRO e NORONHA, 1994).

No Brasil, com a chegada da expedição do donatário Martim Afonso de Souza, em 1532, foi oficialmente fundada a capitania e vila de São Vicente e

escolhido o ancoradouro para as naus portuguesas, o desemboque do rio Santo Amaro. Esse não era um bom lugar, tanto que em 1541, Brás Cubas conseguiu a transferência do porto para o lagamar do Enguaguaçu, atual centro de Santos.

O Período Heróico iniciou com a vinda para São Vicente do Pe. Manoel da Nóbrega, em 1549 e foi encerrado com seu falecimento. Possuidor de vasta cultura e visão progressista, Nóbrega defendeu uma política de catequese realista, com objetivos de formar adeptos ao catolicismo, principalmente após a Reforma protestante, levando em consideração as questões locais e que fosse sustentada por empreendimentos missionários, como posse de terras e escravos, assim como a sugestão de educação para as meninas indígenas. Entretanto muitas de suas idéias pedagógicas e administrativas foram rechaçadas pela cúpula da Companhia e Coroa Portuguesa.

Salientou-se neste estudo, a obra de Pe. José de Anchieta, por sua presença e atuação docente marcantes nas vilas do litoral sul: São Vicente, Santos e Itanhaém, no período “Heróico”; mais especificamente entre 1553, ao aportar no Brasil, até 1566, quando saiu da região, iniciando sua passagem por outras capitanias.

A obrigatoriedade do voto de pobreza caracterizou esse período, como uma fase de penúria, que obrigava os jesuítas a identificarem-se com os problemas, necessidades e anseios dos índios e colonos, ganhando simpatia popular (ROCHA, 2010), até mesmo como estratégia de sobrevivência.

Neste trecho de sua carta, Anchieta narra as dificuldades da fase Heróica:

Residem de ordinário em S. Vicente sete dos nossos: cinco Padres e dois Irmãos. Suas ocupações são ensinar os meninos a ler e escrever, pregam, confessam os Portugueses e índios; estão ali benévolos e fazem fruto, e, como não ha mais que um vigário, têm a maior parte do trabalho. Além disto visitam e vão em missão a Santos e a Itanhaen, aonde por não ter vigário lhes administram quasi todos os sacramentos. Visitam algumas das aldeias de índios e pagãos que estão dez e doze léguas da vila. Estes Padres se sustentam de esmolas com não pequeno trabalho por a terra ser pobre, e são ajudados do Colégio do Rio (ANCHIETA, 1933, p. 423).

Importante esclarecer a “ajuda do Colégio do Rio” ao Colégio de São Vicente, citada por Anchieta; teve origem no Alvará de D. Sebastião (1564), que fixou o padrão da redízima, ou seja, “doação da décima parte de todos os dízimos diretos para sustentação do Colégio da Bahia” (ROCHA, 2010, p. 34). O recurso financeiro estendeu-se aos outros colégios, para “crescer e multiplicar” as casas da Companhia de Jesus. Apesar da Coroa portuguesa subsidiar a catequese e o ensino, os jesuítas dessa região, pouco recebiam, motivando-se pela vocação.

Ainda no excerto da carta de Anchieta encontra-se uma afirmação do padre em tom de desabafo: “com não pequeno trabalho”. A sequência da leitura das cartas permite o entendimento de que a presença na terra a ser colonizada, estava além da catequese e da educação, era uma espécie de “missão”; o que se tornará mais perceptível, ao longo do artigo.

Na fase Heróica, o acolhimento dado pelos jesuítas à população, retomava os trabalhos hospitalares iniciais da Companhia, designando mais uma função para os colégios; a de ser uma botica, espécie de casa de medicamentos e enfermaria, não havendo discriminação de assistência aos enfermos. Relevante mencionar o espaço reservado à enfermaria permaneceu presente nas construções de colégios jesuítas posteriores, bem mais elaboradas. Especificamente na região pesquisada, esse tipo de assistência aos enfermos, foi tema recorrente nas cartas de Anchieta; embora desde o ano de 1543, já existisse o “Hospital de Todos os Santos”, erguido para atender os marujos que aportavam enfermos, e batizou o povoamento do porto (RODRIGUES, 1980).

No dia 25 de janeiro de 1554, lançaram-se os fundamentos da atual cidade de São Paulo em Piratininga e Anchieta estava presente. Os sólidos conhecimentos de Humanidades, ou seja, “a arte da composição oral e escrita, na qual o homem manifesta-se de acordo com os moldes da expressão perfeita (RANGHETTI, 2008, p. 03)”; fez com que esta habilidade, indicasse-lhe para a redação das cartas quadrimestres, enviadas ao superior da Ordem.

Vale neste momento realizar uma contextualização das ações da Ordem na Europa. Escritas pelo próprio Loyolla, as “Constituições da Companhia de Jesus” tinham como intuito orientar os missionários espalhados nas colônias, e mantê-los rigidamente disciplinados, abnegados e hierarquicamente obedientes.

Embora existisse uma linha-mestra de organização didática, adotada desde 1552 nas colônias; o controle via correspondências Brasil-Portugal, deixava a Ordem a par das peculiaridades locais e fazia parte do que os jesuítas chamavam de “lições dos fatos”. Em função do rápido crescimento da Companhia e de tanta diversidade em seus locais de atuação, havia a necessidade de torná-la organizada e uniforme. As trocas de informações locais feitas pelas cartas jesuíticas pelos colégios das colônias colaboraram na versão final do que viria a ser o *Ratio studiorum* de 1599.

Voltando às peculiaridades da Capitania de São Vicente, na metade do séc. XVI, urgia a necessidade de se estabelecer uma melhor comunicação com os colonos e índios das várias tribos, para que o processo de catequização tivesse êxito. Anchieta ganhou grande prestígio junto a Manoel da Nóbrega, por servir

muitas vezes como intérprete em conflitos ocorridos entre os índios e os colonos, pacificando ambos os lados. Em uma de suas cartas, Anchieta mencionou as dificuldades de transposição da língua, num contexto de catequese: “se mais intérpretes houvera, muito mais se confessavam” (ANCHIETA, 1933, p. 169).



Figura 1: Placa comemorativa existente em São Vicente marcando o local onde foi fundado o primeiro colégio jesuítico. O Pe. Leonardo Nunes foi um missionário, que pela ligeireza ao se movimentar, mesmo com um problema nos pés, foi apelidado pelos índios de Abaré-bebê, padre voador (Fonte: autoria própria).

Anchieta era professor de Primeiras Letras e de Latim para suprir a falta de livros, perdia parte da noite a trasladá-los. Sua atividade física e intelectual não conhecia fadiga. O Basco era sua língua de família, com estrutura congênere a língua Tupi, o que talvez explique a facilidade de comunicação de José de Anchieta com os gentios. O mesmo ocorreu com outros padres da região onde nasceu Anchieta.

Na busca de uma mediação para o problema da linguagem, Anchieta escreveu a “Artinha”, reunindo em sua obra científica, a gramática da língua Brasileira entre versos e autos em Tupi-guarani, rezas e mistérios na língua dos indígenas, orações, catecismo e letras; lida e ensinada pelos colégios jesuíticos do Brasil, desde 1560. Conta Peixoto (1933, p.22), que a “Artinha” era considerada como aprendizado do “Grego”, na colônia; em 1595, foi impressa, “já que seu préstimo estava certificado e, por muitas décadas, auferido”. Infere-se que a “Artinha” de Anchieta pode ser um bom exemplo da flexibilidade de currículo nos locais em que a Companhia de Jesus, se estabeleceu.

O colégio de São Vicente era residencial, ocupava-se com confissões, pregação, com o ensino de ler e escrever, o estudo da gramática e da doutrina cristã, aos meninos. Segundo Mattos (1958) e Menezes (1999), nesse colégio, após o domínio das técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo pelo aluno; o ensino poderia seguir em duas direções: o aluno poderia fazer aulas de música instrumental, seguido do que poderia ser chamado de ensino profissional com aprendizado agrícola ou de ofícios mecânicos ligados ao artesanato; ou encaminhar-se para o canto orfeônico, seguido do curso de Humanidades, com aulas basicamente de Gramática Latina, para aqueles que queriam se introduzir em estudos mais avançados e continuar os estudos na Europa, especialmente aos que seguissem a vida religiosa.

A carta de Anchieta a seguir, é interessante por fazer um balanço da atuação jesuítica revelando quem eram os aprendizes em gênero e classe social, que tipo de ensinamento os padres ministravam, as dificuldades do ensino-aprendizagem, aponta novamente a assistência ambulatorial dos colégios e o questionamento do próprio padre sobre os resultados alcançados, tanto no Colégio de São Vicente como no de São Paulo de Piratininga. Eis o excerto:

O estudo da gramática se continuou até o mês de Novembro em S. Vicente com o número de estudantes de que em as letras passadas faço menção; mas foi tanta a esterilidade dos mantimentos que nem por muito trabalho que em isto se pôs pôde haver provisão bastante de farinha e pão da terra, nem os moradores o tinham para si nem para nós outros, pelo qual foi necessário que nós viéssemos a esta Piratininga, onde é a abundância maior. Aqui se prossegue o estudo com os nossos que são recebidos para escolares, e com alguns de fora, os quais continuam suas confissões (como é costume) cada quinze dias e cada oito dias; seu proveito em o estudo pouco é, ainda que por outra parte se pôde dizer muito, considerada com a rudeza dos engenhos brasílicos e criados em o Brasil, que tanto monta. Também aqui nos ocupamos em a doutrina dos escravos e mulheres dos Portugueses, a qual sempre se continua duas vezes por dia com confissões a miúdo e comunhões algumas vezes. Acudim, os a todo gênero de pessoa, Português e Brasil, servo e livre, assim em as cousas espirituais como em as corporais, curando-os e sangrando-os, porque não ha outro que o faça. ...Desta casa de S. Paulo de Piratininga da Capitania de S. Vicente, desde o mês de Julho de 1561

até o mês de Março de 1562. Mínimo da Companhia de Jesus (ANCHIETA, 1933, p. 178).

Os resultados apontavam para um diagnóstico pessimista sobre o ensino; tanto assim que, a partir de 1562, as funções do Colégio de São Vicente foram transferidas para o Colégio de Piratininga. Ainda na carta, existe a possibilidade de observar a explicitação do controle à distância da Companhia, feito logo após a assinatura de Anchieta, revelando o período de abrangência do “relatório”. Essas cartas jesuíticas periódicas seguiam para a Europa em muitas vias e cópias por diferentes navios.

4. Instituições Jesuíticas: Organização e profissão

Seguindo a categorização de Mattos (1958), o ano de 1570 representou o final do Período Heróico e o início do Período de Organização e Consolidação da Companhia de Jesus no Brasil. Um levantamento de 1584 mostrou que no Brasil havia três colégios com escola e noviciado: o da Bahia, o do Rio de Janeiro e o de Pernambuco e cinco colégios residenciais em: Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo.

Reflexo dessa nova organização dos colégios, na Capitania de São Vicente, foi relatado em 1584 pelos padres sobre seu planejamento de mudança para a vila de Santos, próspera em função do porto.

Acrescenta-se a necessidade da Companhia em manter seus territórios e posses nas colônias, por meio de uma presença menos improvisada, com a execução de suas edificações por construtor português trazido da Europa em 1577, conforme asseverou Barbosa (2005, p.1):

A vinda de Francisco Dias era providencial. Até o momento, a maioria das construções jesuíticas no Brasil era improvisada, empregando materiais pobres, de feitura tosca, às vezes chegando a resultados desastrosos como o colégio de São Vicente em 1550, relatado por Manoel da Nóbrega como a casa “mas pobre de todas”.

Tomou-se então a circular de 1599, que comunicava a todas as províncias, a edição definitiva do *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* (RANGHETTI, 2008); como o grande divisor para o dilema docente vocação-profissão, já que “nesse período os jesuítas eram os únicos educadores de profissão” (RANGHETTI, 2008, p 01).

Com o *Rátio*, o professor uma doutrina, deixou de ser uma declaração pública de crença religiosa realizada como uma missão; ganhou efetivamente o caráter “profissão”. Já que o termo, que vem do latim *professio,ónis*, aglutina elementos de

atividade desenvolvida de maneira estável, dentro de uma dada sociedade, requerendo estudos profundos de um determinado conhecimento, marcando uma posição nos estratos sociais, sujeitando-se a algum tipo de organização hierárquica, atendendo à uma demanda e que para tanto, recebe algum tipo de pagamento.

O *Ratio* catalisou:

1) A estrutura organizacional da Companhia, composta de Províncias, em territórios de diversas nações, cada qual com seu Provincial, subordinado ao Geral da Companhia. Quem assumia o Geral, nomeava o Prefeito de Estudos e de Disciplina, responsável por cuidar da formação dos professores, fazer com que os estudos fossem promovidos nas províncias, podia ter várias Casas e Colégios da Ordem, inspecionava se o *Ratio* estava sendo cumprido e propunha modificações necessárias a província. O Reitor apesar de estar subordinado ao Provincial em sua província, entretanto no Colégio era autoridade máxima. Além de zelar pela formação das virtudes, e inspecionar se a organização do colégio estava acordada com as especificações da Ordem, ele deveria se fazer presente, assistindo as disputas, privadas e públicas dos teólogos e filósofos, assim como as aulas, e observando se os exercícios davam certos e porquê. Abaixo do Reitor estava o Prefeito de estudos, que acompanha a vida escolar de perto, visitando as aulas, aconselhando os docentes, e articulando os vários trabalhos de ensino. Existia também o Prefeito de disciplina que cuidava da ordem e disciplina dos alunos (MENEZES, 1999).

2) A divisão em dois graus dos estudos: os *Studia inferiora*, que visavam a formação lingüística com o curso de Letras, o de Filosofia e o de Teologia, correspondendo ao ensino secundário e os *Studia superior*, que evidenciavam estudos de nível superior de Teologia e Ciências Sagradas. Destinados principalmente à formação de sacerdotes. O *Ratio* previa um currículo único, contemplando a educação integral. Continha em sua matriz uma formação humanística, literária e teológica, que ao mesmo tempo, era seletiva e excludente, atuando de forma ambígua, medieval e moderna, não assumindo apenas um dos extremos na formação do ser humano (RANGHETTI, 2008).

3) A Formação de docentes: Para vários autores (Ribeiro, 1986; Menezes, 1999), os jesuítas dedicavam grande esforço na formação de

seus mestres. Num primeiro momento preocupavam-se com a formação moral, ou seja, os aspirantes durante dois anos tinham que se dedicar a formação da própria alma, adquirindo as virtudes da caridade, da paciência, da renúncia de si mesmo e da piedade sólida. Após esse período, preocupavam-se com a formação intelectual, marcada pela rigidez de pensar e interpretar a realidade, acrescentando ao processo, um biênio consagrado às letras clássicas: latim, grego e hebreu. Depois desse período mais três anos de formação filosófica. E finalmente, antes de iniciar o trabalho docente, o jovem mestre tinha mais uma etapa, a da iniciação profissional, onde um mestre mais experiente iniciava-o na prática dos exercícios de prelação, de ditados e de correção de trabalho escolares, enfim tudo que dizia respeito à atuação num colégio jesuítico, da época. E caso o jovem mestre pretendesse atuar no ensino superior, tinha que se preparar por mais quatro anos. Conforme os escritos de Ribeiro (1986), somente trinta anos após estudos, os jesuítas estavam aptos como docentes para exercer cargo hierárquico. Não podendo incluir ou desviar das questões e dos livros e exercícios destinados a ensinar, sob pena de afastamento do cargo.

Paralelamente, no Brasil-Colônia acontecia o crescimento de uma população proprietária, o desenvolvimento de uma vida urbana, onde se concentravam o aparelho administrativo e as atividades comerciais, mesmo em suas capitanias mais pobres, aumentando também o desejo por instrução. Essa aspiração ultrapassava o caráter elementar das escolas missionárias; e como “a vocação sacerdotal nem sempre acompanhava esses anseios, os seminários abriram-se aos alunos externos e multiplicaram-se os colégios para alunos leigos em geral” (XAVIER; RIBEIRO e NORONHA, 1994, p. 46).

Assim, o sistema de ensino do *Ratio* foi adaptado no Brasil, para quatro graus sucessivos e propedêuticos: Elementar, de Humanidades, de Artes e de Teologia. Segundo Piletti (1995), o curso de Letras abrangia estudos de Gramática Latina, Humanidades e Retórica. A Gramática era ensinada em três classes: ínfima (na qual se aprendiam elementos e regras gerais de sintaxe); média (gramática geral) e suprema (aprofundamento da gramática e análise da prosódia latina).

Terminada a Gramática, os alunos passavam para o curso de Humanidades, abrangendo o estudo da História, Poesia e Retórica, com duração de cinco ou seis anos. Findado o curso de Letras, os alunos freqüentavam a Filosofia, com estudos de Lógica, Metafísica, Moral, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, ocupando

mais três anos. Segundo Piletti (1995), os cursos de grau médio tinham duração global de nove anos. Os colégios não concediam diplomas, esse era um privilégio da Metrópole.

Na fase de Organização e Consolidação Jesuítica, aconteceram alguns confrontos entre jesuítas, índios e colonos. Apesar desses ocorridos, a influência jesuítica manteve-se; tanto que, em 1652, a vila de Santos ganhou uma nova edificação para a casa de São Miguel, realizada pelo arquiteto Irmão Francisco Dias: o novo Colégio de São Miguel:

Por alguma razão, Dias não aproveitou a construção iniciada por José de Anchieta e preferiu fazer outro prédio em um novo local, talvez com situação mais privilegiada... A vizinhança com o porto favorecia a carga e descarga de mercadorias para o abastecimento do colégio, o forte ao lado proporcionaria a segurança necessária, e a praça existente serviria aos propósitos jesuíticos da catequese (BARBOSA, 2005, p.01).



Figura 2: Na edificação destacada à esquerda tem-se o Colégio Jesuítas São Miguel (1652), demolido no séc. XIX. À direita tem-se a Matriz Colonial de Santos (1734) demolida em 1908/1909. A frente o Largo da Matriz, hoje Praça Antonio Teles e da República, retratados por Benedicto Calixto em 1868. Imagem exposta na Igreja Matriz (Fonte: Foto de autoria própria com intervenção de programa gráfico).

Do andamento do Colégio de São Miguel, Francisco Martins Santos(1966, p.133), ilustre estudioso da cidade, relatou que os processos de educação jesuítica local:

... eram modernos, compreendendo não apenas o ensino do catecismo, mas também do canto, da dança, do drama e da comédia, da poesia e da declamação, e finalmente da música, atraindo assim a preferência do índio e do branco, jovem ou não....Pode-se por aí calcular o que seria um Colégio de Jesuítas de grande tomo, como foi o de Santos...

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, o colégio de São Miguel foi fechado e o “ensino de Santos teria deixado muito a desejar, a ponto de os pais preferirem ensinar, aos seus filhos, as primeiras noções” (LICHTI, 1986, p. 122). Os três irmãos, da tradicional família Andradas de Santos, receberam do seu pai, o Coronel José Bonifácio, a instrução primária.

Mas esta é uma outra história....

5. Considerações Finais

A educação jesuítica atravessou boa parte do período colonial, transformando-se ao longo de mais de duzentos anos, de ensino missionário à educação de classe.

No período inicial da atuação jesuítica, grande parte do séc. XVI percebeu-se neste levantamento, o substrato vocacional movendo muitas das suas ações educativas.

Já no segundo período, os dois séculos subseqüentes à implantação do *Ratio* (séc. XVII e XVIII), mostraram a organização de uma profissão; com a consolidação de uma hierarquia de estudos, a prolongada e sólida formação docente atrelada à formação religiosa, a constituição efetiva de um sistema organizacional ia além das construções de edificações educacionais planejadas próprias, da existência de um compêndio de regras e prescrições, currículos e normas pedagógicas a serem seguidos; atendendo às demandas locais e recebia por isso.

Resultado das reformas pombalinas, a extinção das escolas jesuíticas provocou uma regressão do sistema educativo como um todo no Brasil. O compêndio de autores do texto concordam que, como não foi colocado nenhum sistema de educação eficiente após a expulsão dos padres, as políticas educacionais não supriram as necessidades da população, antes do evento da Independência do Brasil (1822). Consuma-se este fato, os primeiros censos demográficos feitos no país, em 1872 e 1890, apontarem aproximadamente mais

de 82% da população do país com mais de cinco anos de idade era analfabeta; um dos maiores índices de iletrados entre as nações conhecidas.

Concluiu-se que os esforços educacionais empreendidos pelos jesuítas durante o Brasil colonial não foram inócuos; mesmo sem sua presença, sua influência no “saber e fazer” docentes perdurou no Império e ainda foi sentido na República e o dilema vocação-profissão ainda se faz presente, nos dias atuais.

6. Referências

ANCHIETA, J. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. Disponível em: <<http://purl.pt/155>>. Acesso em 25 de Maio de 2011.

BARBOSA, G.C. O colégio e a igreja que os jesuítas criaram: Revelações de um estudo arquitetônico, em comparação com outras no Brasil. *A Tribuna de Santos*, Santos, p. 1-3. 08 Fev. 2005. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0301.htm>>. Acesso em 25 de Maio de 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*: para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

FARIA, M. R. Contradições de uma missão: a legislação e a expulsão dos jesuítas de São Paulo em 1640. *Histórica Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.30, 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao30/materia01/texto01.pdf>>. Acesso em 26 de Maio de 2011.

LE GOFF, J. *Immagini per un Medioevo*. Bari: Laterza, 2000. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=dMbEmL8WMfgC&oi=fnd&pg=PA5dq=LE+GOFF,+J.+Immagini+per+un+Medioevo.+Bari:+Laterza,+2000&ots=UC Hz_rtn7T&sig=KDGa64EXkGUX16_B5jZNj_JBww#v=onepage&q=LE%20GOFF%20C%20J.%20Immagini%20per%20un%20Medioevo.%20Bari%3A%20Laterza%20C%202000&f=false>. Acesso em 25 de Maio de 2011.

LICHTI, F.M. *Poliantéia Santista*. São Vicente: Caudex, 1986.

MATTOS, L. A. *Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549 -1570)*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

MENEZES, M. C. *Raízes do Ensino Brasileiro: a herança clássico-medieval*. 1999. 277f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000186811&fd=y>>.

Acesso em 26 de Maio de 2011.

PEIXOTO, A. Introdução. In: ANCHIETA, J. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 17-26. Disponível em: <<http://purl.pt/155>>. Acesso em 25 de Maio de 2011.

PILETTI, N. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

RANGHETTI, D. S. Políticas de formação inicial dos professores, no Brasil: dos Jesuítas as Diretrizes de Pedagogia. *Revista @mbienteeducação*, volume 1, número 1, Jan/Julho 2008. Disponível em: <http://www.cidadesp.edu.br/old/revista_educacao/index.html>. Acesso em 25 de Maio de 2011.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 6ª ed. São Paulo: Moraes, 1986.

ROCHA, M. A. S. *A educação Pública antes da Independência*. Caderno de Formação de Professores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/104/3/01d06t0.pdf>> Acesso em 25 de Maio de 2011.

RODRIGUES, O. *Cartilha da História de Santos*. Santos: Editora Municipal, 1980.

SANTOS, F.M. *História de Santos*. v I. São Vicente: Editora Caudex, 1966.

VILLAS BOAS, S. *Santos: Centro Histórico, Porto, Cidade*. São Paulo: Audichromo Editora, 2005.

XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. *História da Educação: A escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.